



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

2ª Reunião Ordinária da Comissão Paritária -COPA Triângulo Mineiro de Alto Paranaíba, realizada no dia 19 de outubro de 2012, às 14:00 horas

Local: Sede Regional Sisema - Praça Tubal Vilela, 03, Centro - Uberlândia/MG.

Silvia Cristiane Lacerda – Superintendente da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas: Daremos início neste momento à Segunda Reunião Ordinária da Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, dezoito de outubro de dois mil e doze (19/10/2012), às 14h08min., para iniciarmos a nossa reunião faremos a execução do Hino Nacional. (Pausa para execução do Hino Nacional Brasileiro). Neste momento passamos para o **item 3**– Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais, eu passo a palavra para os Conselheiros. Neste momento eu gostaria de registrar para os senhores Conselheiros que na última reunião vocês assinaram o termo de posse, foi dada a posse aos Conselheiros presentes, só que nós redigitamos os termos de posse para que ficasse mais organizados, cada um de vocês irão levar o termo de posse do titular e dos dois suplentes para que sejam recolhidas as assinaturas para que seja devolvida a SUPRAM, então no final da reunião todo mundo pegar aqui com a gente por gentileza. **Item 4**– Exame da Ata da Primeira Reunião Ordinária de quatorze de setembro de dois mil e doze (14/09/2012), os senhores Conselheiros que concordarem com a Ata, permaneça como estão, se quiserem fazer uma sugestão de alteração, Ata. **Faz uso da palavra o Sargento Augusto:** Sargento Augusto eu me abstenho. **Silvia:** Então Ata aprovada com abstenção do Sargento Augusto. Neste momento passamos para o item 5, onde faremos a leitura de todos os processos que estão na pauta, e os senhores Conselheiros que tiverem alguma dúvida e que quiserem esclarecimentos por gentileza solicitem destaque, e os demais processos nós colocaremos em votação em bloco. **O item 5-** são oito processos administrativos e todos são retornos de vista e como nós vamos discuti-los cada um separadamente não vou fazer leitura deles para serem julgados em blocos, então nós vamos começar a partir do item 7, o item 6 também é retorno de vista. **Item 7**– Processos Administrativos para exame de Autorização para Intervenção Ambiental com Supressão de Cobertura Vegetal Nativa com destoca. **7.1** Airton Afonso de Almeida/Fazenda Capão Grosso - Perdizes/MG - Área: 10,7073 ha - PA/Nº 11010000749/11. Núcleo de Araxá. **7.2** Andreia Couto Domingos/Fazenda Domingos Couto - Campos Altos/MG - Área: 0,0628 ha - PA/Nº 11010000753/11. Núcleo de Araxá. **7.3** Maria Augusta de Souza/Chácara Veredas - Tapira/MG - Área: 2,4347 ha - PA/Nº 11010000550/12. Núcleo de Araxá. **7.4** Joaquim Francisco da Silva Filho/Fazenda Mata dos Folhados, lugar Brejo - Patrocínio/MG - Área: 6,0487 ha - PA/Nº 11020001218/09. Núcleo de Patrocínio. **7.5** Cerâmica Art Plan Ltda./Fazenda Buriti de Cima - Coromandel/MG - Área: 6,0000 ha - PA/Nº 11020001549/09. Núcleo de Patrocínio. **Intervenção de Sargento Augusto:** SGTO Augusto: peço destaque. Relatora: **7.6** Thales Tobias Amâncio/Fazenda Tobias - Presidente Olegário /MG - Área: 38,0275 ha - PA/Nº 11030000036/12. Núcleo de Presidente Olegário. Então senhores Conselheiros nós temos destaque apenas para o

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



45 **item 7.5**, então os demais processos **7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 7.6**, nós colocaremos em
46 votação em bloco. Então senhores Conselheiros que concordarem com os pareceres
47 como estão permaneçam ou manifeste voto contrario. **Intervenção de Nathália**
48 **Cristine Araújo – Organização para a Proteção Ambiental (OPA):** Nathália – OPA,
49 abstenção no item 7.6. **Silvia:** Processos aprovados, com abstenção para o item 7.6,
50 da Nathália da OPA, então neste momento nós voltamos ao item 5, onde nós faremos
51 o retorno de vista. **Item 5** – Processos Administrativos para exame de Autorização
52 para Intervenção Ambiental com Supressão de Cobertura Vegetal Nativa com
53 destoca. **Item 5.1** – Cristiano Carvalho Ottoni e Outros/Fazenda Ouro Verde 1 -
54 Tiros/MG - Área: 202,3872 ha - PA/Nº 11030000078/12. NRRA de Presidente
55 Olegário. Retorno de vista pela conselheira Nathália Cristine Araújo representante da
56 OPA. **5.2** Cristiano Carvalho Ottoni e Outros/Fazenda Ouro Verde 2 - Tiros/MG -
57 Área: 178,2218 ha - PA/Nº 11030000082/12. NRRA de Presidente Olegário. Retorno
58 de vista pela conselheira Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **5.3**
59 Cristiano Carvalho Ottoni e Outros/Fazenda Ouro Verde 3 - Tiros/MG - Área:
60 92,1497 ha - PA/Nº 11030000077/12. NRRA de Presidente Olegário. Retorno de
61 vista pela conselheira Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **5.4** Cristiano
62 Carvalho Ottoni e Outros/Fazenda Ouro Verde 4 - Tiros/MG - Área: 64,1949 ha -
63 PA/Nº 11030000081/12. NRRA de Presidente Olegário. Retorno de vista pela
64 conselheira Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **5.5** Cristiano Carvalho
65 Ottoni e Outros/Fazenda Ouro Verde 5 - Tiros/MG - Área: 38,9481 ha - PA/Nº
66 11030000080/12. NRRA de Presidente Olegário. Retorno de vista pela conselheira
67 Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **5.6** Henrique Vilela... (Pausa), então
68 nós faremos o retorno de vista do 5.1 ao 5.5 passo a palavra para você Nathália.
69 **Nathália – OPA:** Bom a gente pegou os estudos podemos verificar algumas coisas,
70 uma das coisas que a gente verificou durante os estudos foi que algumas informações
71 não constavam nos pareceres, algumas informações iguais, a gente verificou que
72 tinha algumas áreas degradadas, e estas informações não consta no parecer, não
73 consta a quantidade da área degradada, a quantidade de área a ser intervinda, então
74 foi uma das coisas que a gente só foi obter informação depois que esse processo foi
75 questionado lá em Belo Horizonte, então eu acredito que o parecer que o técnico
76 emite para a gente ele tem que conter informações suficientes para subsidiar o nosso
77 voto, então se às vezes falta alguma informação de qual ocupação vai haver essa
78 intervenção já deixa um pouco, vamos dizer assim, já deixa um pouco a gente
79 insegura do nosso voto. Algumas coisas que a gente notou foi a questão de algumas,
80 vamos dizer assim, uma caracterização superficial do meio biótico, então a gente não
81 tem uma atenção especial com a questão do meio biótico, então são colocadas
82 principalmente animais mais carismáticos que todo mundo conhece, às vezes a gente
83 sentiu ausência de estudos mais aprofundados na questão da parte biótica. Outro item
84 que eu verifiquei e não coloquei neste parecer é em comparação aos estudos de
85 inventário florestal que a gente tem da Fazenda Ouro Verde, se a gente for comparar
86 com outros, principalmente, com o processo da Fazenda do Panga, a gente vai
87 verificar que são processos extremamente divergentes, enquanto a gente tem em
88 alguns processos um detalhamento melhor de quais as árvores são encontradas, são
89 tiradas fotos, é colocada a localização através de pontos, localização das coordenadas

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

90 geográficas das árvores, são feitos cálculos, eu não..., eu esqueci o nome, tem os
91 nomes certos, fulgi, essas coisas assim com relação a quantificação da área que vai
92 ser desmatada, eu não encontrei caso o técnico do IEF queira me corrigir, eu não
93 encontrei também essa informação, eu não encontrei no relatório do inventário
94 florestal nenhuma informação com relação a localização dessas árvores dentro do
95 empreendimento, qual vai ser a quantidade que vai ser retirada, copa essa coisas tudo
96 que a gente encontrou em muitos outros inventários florestais. Então qual que seria a
97 nossa proposta, baixar o processo em diligencia para que sejam feitos maiores
98 estudos, que possam subsidiar melhor os nossos estudos, desculpa, o nosso voto.
99 Seria para verificar direitinho qual é a porcentagem que vai ter de área degradada,
100 qual a porcentagem que vai ter de campos naturais de intervenção e, além disso,
101 fazer talvez um inventário mais detalhado com isso, porque a gente tem inventários
102 bons aqui, a gente teve inventários que fizeram detalhamentos completos da área que
103 vai ser intervinda, gente eu senti muito essa falta dessa parte da Fazenda Ouro Verde
104 em geral. E realizar inventários de fauna e flora com coletas de dados em campos e
105 também a gente pede uma maior atenção de campos naturais, porque a gente verifica
106 que é uma formação que realmente não tem aproveitamento lenhoso, mas a gente
107 verificou vários estudos que essa formação vegetal ela é extremamente importante
108 para a biótica local, para a gente dar uma devida atenção, porque não é que não vai
109 ter rendimento lenhoso que às vezes aquela área não vai ser importante. **Silvia:**
110 Equipe técnica, por favor. **Passa a palavra à Íon – Núcleo Presidente Olegário:** Boa
111 Tarde, eu sou o Íon representante do núcleo de Presidente Olegário eu fiz a vistoria
112 juntamente com o Frederico, nós fomos ao local lá, o primeiro ponto que eu tenho
113 para falar é que algumas dessas informações foram citadas através de imagens de
114 satélite do programa do Google né, que são imagens eu não sei se de 2002 ou 2003
115 imagens mais antigas, então são informações tiradas por imagens de satélites,
116 primeiro ponto que eu queria citar era isso, nós fomos ao local, nós também
117 analisamos por imagem de satélite e fizemos a vistoria no local mesmo, eu não sei te
118 informar se está mais preservado ou menos preservado do que as imagens de satélite,
119 mas lá já é uma região de não, só o local dessas fazendas é uma área degradada, mas
120 a região toda já vem com uma degradação antiga devido a fogo, pisoteio e chuva
121 durante décadas não apenas anos, décadas e mais décadas que vem causando esses...,
122 o pessoal chama na região lá no local de peleiros né, regiões que tem algumas
123 afloramento de solo, solo exposto, e um outro ponto também que é muito difícil a
124 gente contar quanto que tem de solo exposto, quanto que tem de solo preservado
125 porque são manchas, é uma mistura de solo exposto com vegetação nativa, tem lugar
126 que ta muito ralo, um capinzinho ralo, área que já foi usada há vários anos. **Passa a**
127 **palavra à Nathália – OPA:** Então o maior empecilho que a gente, que eu encontrei
128 foi assim, o problema não é a área degradada, mas que essas informações seriam
129 importantes. É até mais interessante constar no parecer, outro ponto é, eu não
130 acredito que seja função dos técnicos mesmo do IEF, apurar qual que seria a
131 quantidade, a porcentagem de área que seria degradada ou não, eu acho que tem que
132 ver uma cobrança maior de quem esta entregando os documentos, então dos
133 consultores que fizeram o estudo, então a gente verifica que há uma falha muito
134 grande nesses estudos, igual eu falei, vocês pegam o inventário florestal da Fazenda

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

135 Ouro Verde e compara com outros é um abismo, um tem uma qualidade técnica
136 excelente enquanto o outro..., a sensação que eu tive lendo o inventário florestal da
137 Fazenda Ouro Verde, parece que foi um inventário feito dentro de um escritório,
138 porque não tem nenhum ponto de localização, nenhuma foto, nenhum cálculo, então
139 eu achei que na verdade a gente não é contra o empreendimento, mas a gente
140 necessita de maiores estudos para que possa fundamentar o nosso voto. **Intervenção**
141 **da Silvia:** Conselheira Nathália só ratificando as informações os núcleos de
142 regularização ambiental não pertence ao IEF, são núcleos vinculados à SUPRAM ,
143 então a equipe que está aqui presente é a equipe técnica da SUPRAM nos núcleos.
144 Com relação à qualidade técnica dos pareceres, nós falamos isso na última reunião,
145 que cada núcleo tinha um procedimento dentro do IEF, diferenciados de elaborar o
146 parecer, mas na última reunião de alinhamento de todas as SUPRAM em Belo
147 Horizonte nós já fechamos um modelo padrão de relatório de parecer técnico, a partir
148 de agora vocês vão receber os pareceres baseado neste novo modelo que foi fechado
149 para o Estado como um todo. Então é o que nós falamos é um momento de transição
150 porque esses processos já estão prontos há algum tempo né, porque nós ficamos sem
151 realização de COPA, mas a tendência agora é que os pareceres venham com essas
152 informações, então essa segurança para votação tende a melhorar com os próximos
153 projetos. Agora o que a gente precisa deixar claro é que suas dúvidas precisam ser
154 esclarecidas aqui para que a gente possa votar os pareceres. **Intervenção do Íon –**
155 **Núcleo Presidente Olegário::** Quanto ao inventário, antes o pessoal fazia inventário
156 para apenas..., de supressão de floresta com rendimento lenhoso, lá como não tem
157 rendimento lenhoso, não pedia inventário florestal para campo, por isso que esse
158 inventário ao meu ver foi um inventário mais simples, devido que só tem vegetação
159 campestre lá. **Fala da Silvia:** Nathália, deixa eu explicar eu acho que é pela portaria
160 191, que define quando é necessário solicitar o EIA/RIMA, desculpa o inventário
161 florestal, quando não é necessário apresentar o inventário ele apresenta um plano de
162 utilização pretendido simplificado, ele dá apenas algumas informações, isso era
163 diretrizes do IEF, que está sendo revista dentro das SUPRAM's, a SEMAD também
164 dentro desta última reunião de alinhamento nós trabalhamos em que momento nós
165 vamos solicitar o inventário, questão de volumetria de área, se limpeza de área que
166 até então também não era solicitada, era critério do técnico do órgão a gente já ta
167 padronizando esses procedimentos Nathália. **Fala do Íon – Núcleo Presidente**
168 **Olegário:** Quanto ao levantamento de fauna, também não é necessário o
169 levantamento de fauna, que é um levantamento que o ciclo mínimo é de um ano,
170 então se a gente for pedir para esse produtor, nós teremos que pedir para todos, e o
171 ciclo mínimo é de um ano, então a gente não pede levantamento de fauna. Eu fiz
172 uma tabelinha também, para ver... **Intervenção do Rodrigo – SUPRAM:** só a questão
173 de levantamento de fauna, só para esclarecer, a questão de se pedir ou não, não cabe
174 somente a SUPRAM TMAP, é uma questão de procedimento do Estado, o
175 procedimento adotado pelo Estado não exige essa documentação para esse tipo de
176 processo. Então não é somente a SUPRAM Triangulo passa adotar isso, eu sigo o
177 procedimento estabelecido pelo Estado, então isso até nós mesmos já passamos esses
178 questionamentos no alinhamento que nós fazemos, mas é igual eu falo, o Estado tem
179 que adotar esse procedimento para ser isonômico para todos, porque não é só no



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

180 Triângulo, é no Sul, é na Zona da Mata, todos deverão se o Estado adotar isso, passar
181 a pedir isso nos estudos, então várias normas que antes eram estabelecidas pelo IEF,
182 elas estão sendo revistas, estão sendo modificadas para se adequar à uma nova
183 realidade também. Isto está sendo revisto, a questão do parecer, nessa reunião os
184 pareceres já foram colocados, ele tem um conteúdo mínimo que a gente passou a
185 exigir, essa triagem foi feita nessa reunião, os demais agora eles vão adotar o modelo
186 padrão estabelecido para o Estado, entendeu. Os procedimentos que nós temos que
187 adotar eles tem que ser para o Estado, porque enfim não só influência o Triângulo.
188 Nós temos essas preocupações também, concordo com você que o parecer ele está
189 insuficiente mesmo, por isso que o técnico está aqui, ele vai explicar, ele esta
190 explicando isso, e isso não vai ocorrer mais, isso é compromisso meu e de todos os
191 técnicos, eles já estão cientificados disso, parecer que não adotar o modelo padrão
192 não é pautado, isso é decisão do superintendente. E isso já foi repassado para chefia,
193 então a gente tem essa linha de código agora, o modelo vai ser seguido, então é para
194 dar o mínimo de conhecimento para vocês fazerem a votação, isso a gente já está
195 alinhado e daqui para frente é só a gente trabalhar mais este modelo e melhorar. A
196 questão de estudo de fauna eu insisto ai tem que ser levado ao Estado, para ser
197 adotado como um todo, a nossa secretária, Maria Cláudia subsecretária, para ver a
198 possibilidade de adotar como procedimento padrão para o Estado, ta. Não é que é
199 menos importante ou mais importante, que não é visto, porque o procedimento até
200 então adotado não abrange essas questões, o que se pede é uma descrição genérica no
201 anexo 3, lá da fauna então a gente cumpre o que é estabelecido e é o que vem sendo
202 seguido, então se for modificado nós vamos adotar o que modificar como
203 procedimento geral. **Fala da Silvia:** Conselheira Nathália, toda essa discussão aqui é
204 de conhecimento do nosso secretário, Dr. Adriano Magalhães, a SEMAD já tem um
205 posicionamento de rever, de padronizar os nossos procedimentos, o que nós não
206 queremos é que cada SUPRAM tenha um procedimento diferenciado, assim como
207 funcionava antes no IEF né, então o que a gente quer é que hoje seja realmente
208 padronizado, então a gente não pode contar que é esse empreendedor uma coisa que
209 não é exigido para os demais. **Passa a palavra para Moisés – Federação dos**
210 **Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG):** Essa
211 questão desses cinco processos da supressão de 575 hectares de supressão de
212 vegetação, essas 575 com os mapas que foram inventariados no parecer seu, mesmo
213 estando desatualizado, constam lá vegetações, será que essas vegetações foram
214 suprimidas de lá pra cá sem autorização. Quando é foi adquirida essa área pelo
215 empreendedor, essas questões que eu gostaria que fossem esclarecidas, pra gente ter
216 a mesma noção em relação sobre isso, porque esses 575 hectares elas vão ser
217 suprimidas, pelo menos a pedido para isso, serão produzidas materiais dois em um?
218 Como suprimir, são situações, né que a gente deve ter mais esclarecimentos sobre
219 esses fatos, então não tem com aprovar, pelo menos esse é meu posicionamento, não
220 tem como eu aprovar a supressão em que quase mil hectares, a metade de mil
221 hectares né, meio mil hectares de terras de supressão em que falam que não vai haver
222 material para isso, como é que pode. São situações complexas, começando diante de
223 um dilema também né? A gente sabe que temos áreas degradadas por demais, varias
224 propriedades rurais que não tem a reserva legal e nem a possibilidade de fazê-la. A

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



225 gente sabe também que o reflorestamento, é uma forma de trazer de volta aquilo que
226 destruiu é quase que impossível fazer isso, estamos ai vendo RPPN e na região onde
227 a gente tem essa fartura de mata nativa ou de mata é..., que está ai para ser
228 suprimidas, como é que nós vamos autorizar elas suprimir e amanhã nós sabemos
229 que a recomposição do meio ambiente que foi degradado vai ser impossível, são
230 dilemas que nós estamos enfrentando aqui hoje, estamos enfrentando na COPA não
231 só de agora, mesmo nas COPINHAS que eu participava em Uberaba e Frutal sempre
232 enfrentava essa questão, temos um direito condicional ao meio ambiente, porque a lei
233 autoriza que mesmo que diante desse direito constitucional ao meio ambiente, ser a
234 lei fala que você tem vinte por cento de áreas de reserva legal, o resto pode ser
235 degradado, mesmo se a gente sabendo que somar tudo ela é menor que vinte por
236 cento da região e a recuperação disso é pior ainda, a RPPN foi autorizado pelo
237 Estado para fazer fora da nossa bacia, o Ministério Público não tem como agir né,
238 suprimiu mas mesmo assim ficou garantido algumas, cinco ou seis se eu não me
239 engano, agora recuperá-las aqui e nessa região são cinco áreas contíguas, são
240 próximas. Autorizar a supressão disso tudo e mesmo assim com um parecer onde que
241 trata para nós que não há produção de material lenhoso. Nós temos que trazer essas
242 informações um pouco mais claras e transparentes para nós, para que possamos
243 autorizar isso. **Intervenção da Silvia:** Eu gostaria que a equipe técnica respondesse
244 então claramente a área o tipo de vegetação que está sendo requerida o desmate e
245 qual que é a finalidade da área que vai ser utilizada após o desmate porque o
246 conselheiro ele teve dúvida que essa área vai ficar degradada, eu gostaria que vocês
247 esclarecessem isso. **Romildo – engenheiro florestal do núcleo de Araxá:** Boa tarde
248 meu nome é Romildo sou engenheiro florestal do núcleo de Araxá, é o seguinte
249 vamos partir do macro para o local, o bioma a qual se localiza as fazendas é o
250 cerrado, o bioma. Dentro do bioma cerrado eu tenho as fisionomias ou
251 fitofisionomias como queira a terminologia, nesse caso especifico é o campo, a
252 fitofisionomia campo é formada basicamente por graminhas e algumas espécies
253 herbáceas arbustivas, daí o fato de não haver rendimento lenhoso, às vezes tem
254 campos que é limpo é só graminhas e espécies herbáceas que não gera rendimento
255 lenhoso, daí vem o fato de não ter, eu acho que o técnico deveria ter explicitado isso
256 melhor também, então a fitofisionomia localizada dentro do bioma cerrado é
257 campestre, campo. Se fosse um campo cerrado, por exemplo, onde já ocorre a
258 presença de alguns indivíduos arbóreos teria um rendimento mínimo de lenha, se
259 fosse um cerrado teria lenha, entendeu? Se fosse um cerrado em transição
260 gradativamente você vai aumentando a quantidade de indivíduos arbóreos e o
261 volume do material lenhoso, entendeu? E essa região que estão localizadas essas
262 fazendas são regiões de solos pobres com cobertura vegetal campestres, que pode ser
263 pisoteio de gado, ou mesmo até início de erosões laminares que pode vim a ocorrer e
264 expor o solo, então se vocês olharem imagens de satélites, vocês irão ver um clarão,
265 às vezes uma mancha, aquilo é solo exposto, entendeu? Porque, é um solo que não
266 tem estrutura e a vegetação gramínea o sistema radicular é superficial então é mais
267 fácil degradar um ecossistema daquele, e o uso pretendido do solo é de silvicultura
268 produção de madeira, floresta. Que se você olhar do ponto de vista de cobertura do
269 solo não é uma coisa ruim, é uma coisa boa vai cobrir mais que o campo e eu

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

270 percebo que ao longo das discussões que a gente está meio que comparando COPA
271 com COPAM, o DAIA é um ato autorizativo para empreendimentos da classe 2, ou
272 seja com grau de impacto menor então a exigência documental de informações é
273 menor. E a questão é a seguinte uma coisa que eu não concordo e eu acho que é
274 lógico uma visita em loco, com uma comparação feita por imagens desatualizadas até
275 mesmo porque, se pegarmos uma fazenda de 2003 e pegar imagens atuais dela, ela
276 vai estar totalmente diferente isso eu te garanto, e se eu puder usar essa ferramenta eu
277 vou ter que rever todos os meus conceitos e procedimentos até hoje, entendeu? O
278 técnico foi em loco, ele fez a vistoria de repente o parecer não ficou satisfatório, mas
279 vamos corrigir e ele chegou a conclusão que a área é passiva, é claro que causa
280 impacto porque são cinco fazendas próximas, aumenta a área a ser suprimida, mas eu
281 tenho certeza que o técnico visou averbar as reservas de forma contígua, se puder ele
282 tentou segurar o máximo um pouco a mais, porque a legislação fala que a reserva
283 legal é de vinte por cento mínimo, não é máximo. Se o técnico entender que vai ser
284 trinta, a reserva vai ser trinta, mas cada caso é um caso existe caso que os vinte por
285 cento mínimos de lei que ele quer averbar a APP vão está preservado o resto da área
286 é passível, então o que eu quero colocar para vocês é que a gente fica entre a cruz e a
287 espada. Por quê? A gente tem que fazer cumprir a lei, a lei os fazendeiros cumprir os
288 pré requisitos legais e a área passível fica difícil de segurar entendeu? Mas a gente
289 sempre busca aliar preservação/conservação, que são duas coisas distintas também,
290 os senhores devem entender. O núcleo de regularização da SUPRAM faz
291 conservação ambiental onde é passível o manejo. A parte de preservação que a gente
292 faz indiretamente também cabe hoje ao IEF, são coisas distintas, a nossa função é
293 conservação ambiental, manejo. Entendeu? E você pode ter certeza que a gente
294 chega lá e diz: ‘- ah, você quer desmatar? Beleza! Pode desmatar, vou embora.’ Não
295 a gente olha a área, olha os estudos, se a gente pegar pesado nos estudos que nos são
296 apresentados, não vem nenhum processo para COPA, porque o nível técnico da
297 consultoria não é satisfatório entendeu? O “Control C” e o “Control V” come solto,
298 têm gente que nem vai à área, o cara entra com um processo lá, e aí a gente chama
299 ele para fazer vistoria, ele não sabe nem onde é a fazenda porque ele não foi lá. Então
300 temos que rever essas questões, temos que melhorar sempre, a gente vai melhorar,
301 temos pressão de tudo quanto é lado, seja do loco seja de fora, de onde quer que seja,
302 entendeu? Temos o quadro reduzido, mas procuramos fazer o nosso melhor, agora eu
303 acho que o local de haver certas discussões é aqui, se tem dúvidas, se está
304 suspeitando de qualquer tipo de suspeitas, isso é uma comissão democrática vamos
305 discutir aqui. Obrigado. **Silvia:** Ok, mas alguma duvida? Nathália? **Nathália – OPA:**
306 Nathália – OPA, então, eu concordo sim que são empreendimentos de menores
307 impactos, então por partes. Primeiro: mesmo que seja empreendimento de baixo
308 impacto isto não significa que a gente pode aceitar muita coisa, eu entendo as
309 dificuldades de vocês, eu realmente imagino cada nível de relatório que devem
310 receber, mas vocês têm que cobrar isso desses consultores, porque eles estão sendo
311 pagos para isso, então eles tem que apresentar um estudo satisfatório independente se
312 é classe 2, classe 1, etc.. Então tem que cobrar sim, porque quando chega um
313 problema igual eu falo aqui, porque o nome do relatório que está aqui chama
314 inventário florestal, e eu falo que ele está insuficiente, aí cadê o consultor para



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

315 responder isso? Quem vai estar respondendo são vocês, então é bom vocês cobrarem
 316 isso dos consultores até mesmo para vocês se respaldar também depois. Outro item
 317 que eu queria falar é com relação que realmente não há exigência da fauna com
 318 relação aos estudos no procedimento de Minas Gerais. O quê que a gente está
 319 querendo fazer aqui, a gente está querendo que aos poucos é, vamos dizer assim, com
 320 essa insistência nossa possa vim gerar alguns outros termos de referência, alguns
 321 procedimentos, ou lei não sei, que possa contemplar isso, hoje não, mas a gente já
 322 presenciou muitas vezes no COPAM que às vezes foram falados diversas vezes e
 323 conseguiram tornar como se fossem procedimentos, exemplo é a Lei do SNUC, na
 324 aplicação da Lei do SNUC. Então eu queria verificar realmente, como é que eu posso
 325 aprovar esse processo ou não, com os estudos insuficientes e igual ele falou, não tem
 326 rendimento lenhoso, ok. Mas qual que era a ocupação da área precisa haver essas
 327 informações melhor, ok, é campo! E tinha área degradada, a questão é, não constava
 328 no parecer essa informação de área degradada, e precisa constar. De certa forma é até
 329 mais benéfico para o empreendedor constar essa informação, então eu queria saber
 330 como vocês me dão o posicionamento para eu dar parecer em um processo que para
 331 mim está insuficiente. Eu entendo que vai sim, vai melhorar, eu acredito nisso,
 332 percebo que a cada dia a equipe da SUPRAM está muito empenhada, em melhorar
 333 esses procedimentos dos processos, mas hoje, falando hoje, o processo que eu tenho
 334 aqui em mãos, como eu aprovo ele nessas condições? **Silvia:** Conselheira Nathália,
 335 como nós falamos todos essas discussões já é de conhecimento da secretária, do
 336 Secretário, e a gente vai evoluir dentro nesta questão de fauna dentro do Estado de
 337 Minas Gerais. Com relação à esses processos, vamos levantar os itens pontualmente
 338 que você tem dúvida, porque a equipe técnica está aqui para responder. Então quais
 339 são as dúvidas pontuais para que eles possam te responder e te dar essa segurança
 340 para fazer a votação? **Nathália:** Bom, primeiro eu queria saber a área que é ocupada
 341 por campo e a área que é degradada, tipo tem dez hectares de tanto e tantos hectares
 342 de outra? Outra coisa que eu queria verificar é se também a gente consegue verificar
 343 quais espécies que estão presentes lá, e mais ou menos saber que quantidade dessas
 344 espécies, porque só vem a listagem, mas não vem especificando a quantidade de
 345 espécies, porque no estudo aqui vem inventário, mas não tem quantidade, qual que é,
 346 vamos dizer assim o porte dela, tudo são informações que pode conter em um
 347 inventário. **Romildo – engenheiro florestal do núcleo de Araxá:** Eu só queria fazer
 348 uma colocação seguinte: Como a fitofisionomia campestre, isso ai não é um
 349 inventário florestal, inventário florestal você tem que ter rendimento lenhoso, isso é
 350 um levantamento fitossociológico que o consultor fez, entendeu? Não é um
 351 inventário florestal, não existe inventário florestal em campo, isto é um
 352 levantamento, se ele colocou como inventário florestal, ai você já vê o grau de
 353 inteligência dele. Mas isso ai é um levantamento, agora as outras questões tem que
 354 ser com ele. **Silvia:** Então conselheira Nathália não vai ter essas informações da
 355 quantidade de espécies dentro do processo e das áreas, a quantidade que você estava
 356 querendo de informação. Porque não era exigido para este tipo de processo de
 357 inventário florestal. Nós não podemos penalizar o empreendedor porque não era uma
 358 exigência do órgão solicitar inventário florestal. **Moisés – FETAEM:.** Também
 359 medir as áreas degradadas fica muito difícil porque algumas áreas têm capim ralo,



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

360 outras áreas não têm nada, outras áreas têm um pouco, existem mosaicos é uma
 361 mistura, não tem como a gente liberar para ele produzir um mosaico. Ah você vai
 362 produzir um pouquinho aqui, um pouquinho ali. **Silvia:** Eu gostaria de sugerir ao
 363 Rodrigo, né, superintendente da equipe técnica que vocês possam trabalhar essas
 364 questões nos próximos processos e ver qual seria a melhor forma e qual as condições
 365 que nós temos de prestar essas informações ao conselho, já que é uma dúvida a gente
 366 pode trabalhar isso nos próximos, né. **Moisés – FETAEM:** Outra informação que eu
 367 queria passar também é que é uma área considerada grande, né, o somatório de todas
 368 as propriedades, o somatório total é de 1526 hectares, um pouquinho a mais. A área
 369 requerida para supressão é de 575 hectares, ai eu fiz um somatório aqui das APP's
 370 com as áreas de reserva legal, somando uma área de compensação que irá
 371 compensar dois por cento das áreas suprimidas, nós temos aqui a quantidade de
 372 quarenta e um por cento de área preservada em todas as cinco propriedades. **Silvia:**
 373 Ok, mas alguma dúvida senhores conselheiros? **Adalto Ribeiro Franco – FAEMG:**
 374 Adalto Franco da FAEMG, acho que é pertinente o que foi levantado aqui em
 375 questão da padronização dos pareceres, isso nos dá com certeza uma maior segurança
 376 na questão de análise dos processos isso é uma coisa que já foi prometido aqui pela
 377 SUPRAM, e eu acredito que nas próximas reuniões os próximos processos virão com
 378 essa nova padronização. Mediante o que foi colocado aqui, não é ainda questão de
 379 implantação, mas eu entendo que o empreendedor já está aguardando alguma
 380 decisão, entendo que o tempo já está passando e essas áreas que estão aparecendo
 381 aqui nas imagens de satélite de 2003, hoje possivelmente elas não são essa realidade,
 382 então nós temos que analisar isso e pensar na finalidade que é o projeto. Um projeto
 383 de siveicultura, por exemplo, vai trazer riqueza para o Estado, vai trazer riqueza para a
 384 região e ela será benéfica para a questão de proteção do solo, inclusive no solo
 385 desnudo que está acontecendo ai, e pela imagem que está mostrando aqui, ainda se
 386 hoje fosse à realidade o plantio de eucalipto irá realmente trazer benefícios. Se esse
 387 controle de erosão, essa, essa..., o que a propriedade irá produzir e gerar emprego e
 388 renda, então essa questão da padronização já foi amplamente discutida aqui, e
 389 acredito que esses processos nós já, por estarem tramitando, nós não temos condições
 390 de está fazendo alterações, mas vejo que é realmente necessário essa padronização
 391 destes processos. **Silvia:** Ok, mas algum conselheiro? (Pausa). Podemos então
 392 colocar em votação, o empreendedor está presente, o senhor gostaria de manifestar
 393 ou a gente pode entrar em votação? (Pausa). O senhor tem cinco minutos, por favor.
 394 **Empreendedor:** Desculpa-me vou gastar. Só respondendo a pergunta do senhor.
 395 **Silvia:** Identifique-se, por favor. **Ricardo Rezende – Engenheiro Agrônomo:**
 396 Ricardo Rezende sou engenheiro Agrônomo, sou representante do Cristiano do
 397 Ravier, de todos os outros que não aparecem ai. Mas respondendo a pergunta do
 398 senhor, é..., como o senhor chama, por favor? Moises desculpa, eu sou ruim de
 399 nome, guardei bem o da Nathália, porque eu me coloquei a disposição de levá-la em
 400 loco, para presenciar o quê que está sendo feito lá. Que inclusive está parado o
 401 processo, o projeto, tem sessenta dias, ninguém entreviu nada, muito pelo contrario,
 402 ontem de ontem o pessoal do IEF, passou lá e viu e foram lá verificar, talvez alguma
 403 manifestação dava porque eu respeito todas as ONG's do mundo, inclusive somos
 404 produtores de café orgânico com maior respeito pelas ONG's e a senhora sabe disso.

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

405 Então respondendo a questão do proprietário eu vou salientar Moises, não houve
406 nenhuma intervenção nem hoje e nem ontem, quanto à aquisição dessas gueblas, que
407 são próximas realmente, não teve nenhum descaso dos proprietários, porque se
408 trabalha em não legislar em causa própria não, nós não estamos lá não é por
409 brincadeira, certo e coloco mais uma vez Nathália em público respeitando toda a
410 mesa, vamos lá visitar, vamos lá ver o que nós estamos fazendo, por favor, muito
411 obrigado, desculpa. **Nathália – OPA:** Ok, Eu quero agradecer também, que
412 realmente a gente teve uma reunião pessoal, para confirmar essas informações de
413 áreas degradadas e etc. Então o Vinicius esteve presente, então realmente o
414 empreendedor esteve assim..., bem apto, bem abertos a solucionar as nossas dúvidas,
415 antes de colocar em votação eu posso abrir a palavra para uma pessoa? **Silvia:** Só se
416 ela estiver inscrita, se ela não estiver inscrita não pode. **Nathália – OPA:** Ela está
417 inscrita? **Gustavo. Silvia:** Tem cinco minutos, por favor, identifique-se. **Gustavo:**
418 Boa tarde presidente! Boa tarde superintendente! Boa tarde conselheiros! Agradeço a
419 OPA, bom eu auxiliei nos pareceres, nesses processos de vista da OPA, é meu nome
420 é Gustavo do MG ANGÁ, bom eu vou por pontos: Primeiro essa questão das
421 imagens, bom eu estou entendendo o seguinte, se nós recebemos respostas de Belo
422 Horizonte, se Belo Horizonte nos diz, a diretoria da SEMAD em BH, que as áreas
423 são degradadas já é uma falha práxisdimental ou BH está errada ou empreendedor
424 está errado. Se BH está errada o que foi colocada nos pareceres toda a área cem por
425 cento é de campo, não existem áreas degradadas então eu vou partir desse
426 pressuposto já que as imagens estão desatualizadas pelo Google, eu vou confiar nos
427 estudos realizados ali, nos pareceres emitidos, cem por cento das áreas vão ser
428 intervindas são preservadas, já que a gente não teve uma resposta objetiva aqui neste
429 momento, uma área é desnuda, uma área tem um pouquinho de capim, etc. Se são
430 preservadas cem por cento concordo, inclusive a gente trabalhou e fez uma análise
431 onde as reservas legais estavam averbadas e por coincidência lógica, a uma
432 coincidência de averbação em áreas mais arbóreas junto com as APP's que está mais
433 no setor sul/leste, dessas cinco fazendas contíguas. E aí que entra uma questão muito
434 importante que a gente vem destacando nos pareceres, a negligência em relação aos
435 órgãos ambientais no Estado de Minas Gerais, as formações de campos naturais. Não
436 é porque o Estado vem nessa linha, 'ah a gente não exige fauna', nós vamos cometer
437 os mesmos erros de floresta de baixada, algumas décadas atrás e vamos falar assim,
438 campo natural não precisa de inventário fitosociológico nem inventário de fauna, a
439 gente pode colocar eucalipto e outras formações, conseqüentemente daqui dez,
440 quinze anos, nós vamos ter resultados da mesma forma que São Paulo e Paraná
441 tiveram em seus campos naturais, que são Estados hoje, que tem legislações
442 específicas para proteção dessas formações naturais que em conjunto com as
443 florestas de baixadas são as formações mais ameaçadas como a gente ressaltou nos
444 pareceres nessa questão. Questão econômica é importante, o empreendedor tem todo
445 o direito em requerer suas áreas, mas o viés biológico em um caso como esse, o
446 governo tem que ver caso a caso, cada caso ele tem que pensar, uma coisa é uma
447 fazenda de quinze e vinte hectares que está em uma área prioritária com alta
448 porcentagem de vegetação, outra coisa é cinco fazendas inseridas em uma área de
449 potencial importância biológica, nós apresentamos dois estudos nos pareceres,



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

450 demonstrando estudos secundários, não precisava empreendedor ir a campo, bastava
 451 o seu consultor contratado ler na bibliografia, inserir dados secundários da fauna
 452 regional naquela localidade e por isso a gente vai passando, passando pareceres
 453 porque não é culpa do empreendedor, do estado, o meio ambiente que é culpado é
 454 isso que me parece. Essa questão ambiental está sendo negligenciados, os estudos
 455 não são apresentados, você destacou isso, analista aqui da SUPRAM que os estudos
 456 tem uma carência de qualidade etc., então porque ter carência eu não vejo isso no
 457 COPAM, no COPAM os pareceres voltam e são bem analisados pelos técnicos, nós
 458 vamos continuar, entendo que essa questão foi levada ao secretário, por nossa ação
 459 também, foi levada em Belo Horizonte esta questão, achamos importante que o
 460 Estado insira essa questão de fauna, mas quando daqui um ano, daqui dois anos,
 461 daqui três anos, depois quando as formação de campo aqui do Alto Paranaíba foram
 462 arrasadas como aconteceu com as nossas chapadas aqui, basta visitar as nossas
 463 chapadas, o Adalto conhece as chapadas Uberaba, Uberlândia, Indianópolis, Irai de
 464 Minas, para saber a realidade das chapadas por causa de uma ocupação antes de uma
 465 legislação mais restritiva. Então eu queria colocar esse ponto de vista que a gente
 466 trabalhou, que a Nathália deixou bem claro aqui aos conselheiros, obrigado. **Silvia:**
 467 Ok. É em nenhum momento foi falado que o Estado de Minas está negligenciando
 468 nada por falta de política, da parte biótica, da parte de fauna, pelo contrário, nós já
 469 estamos trabalhando este assunto e nos levamos em consideração dentro de nossas
 470 análises, tanto dentro dos licenciamentos quanto nos processos de desmatamentos e
 471 qualquer outro tipo de intervenção. Eu gostaria de deixar isso muito claro aqui, ta.
 472 Mais alguma dúvida, senhores conselheiros, ou nós podemos votar o processo, os
 473 cinco processos, (pausa) ok. Então neste momento nós colocamos em votação o
 474 item 5.1; 5.2; 5.3; 5.4 e 5.5. Os senhores conselheiros que concordarem com os
 475 pareceres da SUPRAM, permaneçam como estão ou manifestem voto contrário.
 476 **Nathália – OPA:** voto contrário por não acreditar que ainda houve informações
 477 suficientes, que não há estudos suficientes para fundamentar o meu voto. **Moises –**
 478 **FETAEMG:** eu voto contra, com a fundamentação da dona Nathália. **Silvia:** Então
 479 processos aprovados com dois votos contra. Então neste momento nós passamos para
 480 o item 5.6, Henrique Vilela Barbosa/Fazenda Solé - Prata/MG - Área: 116,3900 ha -
 481 PA/Nº 06060100127/11. NRRRA de Frutal. RETORNO DE VISTA pela conselheira
 482 Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **Nathália – OPA:** Bom esse processo
 483 aconteceu uma coisa interessante, a gente viu os mapas de proposta de reserva legal
 484 da Fazenda Solé e a gente temos duas propostas. A primeira proposta apresentada ela
 485 constituía uma, vamos dizer assim uma proposta mais razoável, pegava as áreas
 486 protegidas, e essas áreas protegidas além de protegidas mostrava uma continuidade,
 487 junto com as APP's, outras reservas etc.. Só que depois nós olhamos outras
 488 propostas seguintes a gente verificou que houve um remanejamento dessa proposta
 489 de reserva legal, e que ela de uma certa forma ela perdeu muito em qualidade do que
 490 a proposta inicial. Então em vez de pegar a primeira proposta que continha áreas
 491 contíguas, com vegetação com bom aspecto, pelo menos pelas imagens, pegou outras
 492 áreas que estavam em áreas de regeneração que não tinha continuidade. Então a
 493 gente queria verificar se a gente põe a proposta de averbação de reserva legal, de
 494 acordo com nosso parecer com fragmento mais conservado na propriedade, e sugere

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



495 adoção da área prevista para desmatamento na figura 2 que a gente colocou aqui e
 496 que foi colocado em uma reserva legal número 1 contígua. E que não fossem
 497 autorizadas os desmatamentos nas áreas que foram destacadas em azul e amarelo na
 498 figura 3, vou fazer a conexão. **Silvia:** Gostaria de ouvir a equipe técnica. **João**
 499 **Floriano – Biólogo e coordenador do núcleo de Frutal:** Boa tarde a todos! Boa
 500 tarde senhores conselheiros! Senhores empreendedores eu chamo João Floriano sou
 501 biólogo e coordenador do núcleo de Frutal, estava aqui lendo o seu parecer Nathália,
 502 inclusive você fala que até, inclusive marquei aqui alguns detalhes seu, você falando
 503 que verificou o nosso trabalho, “qual que é o arquivo?” Éh... Fazenda Solé. Você fala
 504 aqui no seu parecer que verificando a imagem do Google, então eu quero repetir o
 505 que os companheiros falaram aqui anteriormente, nós não trabalhamos com imagens,
 506 você sabe que imagens são uma ferramenta para nos auxiliar, nós vamos ao campo e
 507 identificamos o tipo de cobertura, o tipo de vegetação, a importância seja ela
 508 econômica ou biológica, para aquele meio ambiente e aí nos definimos sim a reserva.
 509 A reserva foi alterada porque na época, ou seja, não foi alterada nós estávamos
 510 estudando condições adequadas como até você falou mesmo, não importa se seja
 511 campo, se seja área degradada o importante é se pensar na fauna. Então esse trabalho de
 512 reserva que foi feito aí, foi justamente para quê? Para deixar a cobertura vegetal da
 513 reserva legal, juntamente com as áreas de preservação permanente. Inclusive a área
 514 que você solicita para que seja alterada, não sei se você identificou seria interessante
 515 você ir a campo ver que lá é uma área de campo cerrado e que ela está junto com a
 516 área de preservação permanente, ou seja, uma vereda que eu como biólogo e você
 517 sabe que uma área de campo ela é muito importante principalmente para a fauna, tá,
 518 lá onde os animais se procriam, onde nós vamos encontrar espécies adequadas para
 519 reprodução por isso que eu deixei junto com o produtor a reserva lá, eu não acho
 520 motivo nenhum para que seja mudada a reserva, quanto a área de desmate ela está
 521 por que a legislação permite que o proprietário faça o desmate, então isso aí a gente
 522 não entra em detalhes, mas com relação a reserva legal eu acho biologicamente,
 523 economicamente que é uma área adequada para se reproduzir animais do mesmo
 524 jeito que você perguntou aqui, você já deu a resposta que é uma área interessante,
 525 então no meu parecer eu não acho motivo para que se mude a reserva legal, tá.
 526 Inclusive no final aqui você até cita, não entendi, você até citou aqui é..., vou até ler,
 527 ‘entendendo que o proprietário da Fazenda Solé apresenta maior porcentagem
 528 prevista de vegetação, sendo assim recomendamos caso a COPA negue a intervenção
 529 que é a propriedade Fazenda Panga’, então no final não entendi o que se quer falar
 530 com isso aí, quer dizer ficou uma coisa sem fundamento, tá, é meu parecer final.
 531 **Camila – SUPRAM Triângulo:** Só para acrescentar uma informação na fala do
 532 Floriano, Nathália, a legislação estabelece que a reserva legal ela vá ser determinado
 533 o local a critério técnico, né. Então é o técnico que vai à área e delimita ali, através
 534 de mapas, através de localidade, de tipo de vegetação, o fragmento qual o local mais
 535 adequado para ser averbada a reserva legal, não cabe ao COPAM, a COPA, o critério
 536 de definição de locação de reserva legal, é critério técnico isto não é um ato
 537 autorizativo, é um ato declaratório, e que isto realmente fica..., claro que existe
 538 controle de legalidade desses atos, mas não seria aqui na COPA, tá. **João Floriano –**
 539 **Biólogo e coordenador do núcleo de Frutal:** Não sei se deu para você identificar

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



540 aqui Nathália, senhores conselheiros, só para vocês observarem ta, onde está definido
541 aqui de vermelho, é justamente a área onde ficou definido reserva legal, então vocês
542 podem observar que aqui existe uma nascente onde ela vai desembocar no Rio
543 Douradinho, então isso ai muito importante para a fauna, vocês sabem que a fauna
544 vai se reproduzir onde tem água, ninguém vai reproduzir aqui no cerrado. Primeira
545 coisa uma espécie animal ela não vai viver de jatobá, não vai viver de sucupira, não
546 vai comer angia, então ela precisa de quê? De alimentação para sobreviver, então a
547 área de campo é onde nós vamos encontrar um lugar adequado para a espécie
548 adequada para fauna. Por isso o local foi definido ai como reserva. **Nathália – OPA:**
549 É, então como a Camila já falou né, então eu só vou colocar algumas considerações.
550 A gente realmente colocou esse questionamento porque o outro mapa que nos foi
551 apresentado, outra proposta que está no parecer nos pareceu mais adequado, porque
552 toda área de reserva legal ela estava totalmente contínua, então nos pareceu mais
553 adequado. Com relação às imagens de satélite, a gente entende que sim, que estes
554 softwares abertos, eles são sim falhos, mas infelizmente hoje é uma das ferramentas
555 mais importantes para trabalho seja, na área do meio ambiente, na área de segurança,
556 na área de transporte, então a gente tem que verificar a gente não pode assim de certa
557 forma não julgar as imagens de satélite como um recurso extremamente importante.
558 A gente sabe sim que o pessoal da SUPRAM vai sim a loco, que essas medidas não
559 são tomadas em gabinetes, então a nossa proposta realmente foi que a gente teve, a
560 gente verificou no processo em si duas propostas. A proposta final e tinha outra
561 proposta, a outra proposta era mais adequada, mas como a Camila falou que não
562 compete a COPA fazer isso, é só pra gente deixar esses pontos esclarecidos e
563 realmente a gente só achou que no outro ponto, na outra proposta apresentada era
564 mais adequada porque tinha mais continuidade e tinha uma porcentagem de
565 vegetação mais assim mais representativa... **Intervenção de João Floriano – Biólogo**
566 **e coordenador do núcleo de Frutal:** Mas tudo bem, mas você sabe que às vezes a
567 gente observa uma imagem ai, mas quando a gente chega no local que começa tirar
568 imagens você vai ver dentro do cerrado, que já ta começando aparecer capim
569 colonian essas coisas todas, então é que eu falo para você, se a gente não for ao o
570 campo, através de imagens, imagens são só uma ferramenta, então a coisa se resume
571 é dentro do campo mesmo, inclusive para cá é uma área também de vereda. Então
572 isso é fundamental, principalmente para propriedades que tenham água, tudo, e
573 precisa trabalhar está bem. E a gente vê também pessoal, a gente vê tem um maciço
574 florestal, tudo bem, pode ter um maciço, mas não é adequado para o produtor é que
575 ele trabalha em uma área distante da água, porque antigamente o pessoal aqui que é
576 produtor rural. Antigamente o pessoal desmatava as beiradas dos córregos né, e
577 deixava a reserva em cima, hoje em dia a coisa mudou, hoje em dia o nosso trabalho
578 é deixar contigo a reserva legal e APP, justamente pensando no nosso trabalho, como
579 biólogo, sabendo que a fauna é importante para isso, muito obrigado. **Silvia:** É
580 conselheira Nathália, como você falou ai, as imagens de satélite é uma das
581 ferramentas, mas nós entendemos que nenhuma dessas ferramentas substitui o
582 trabalho em loco, é extremamente importante, às vezes na imagem você tem uma
583 informação e quando você chega a campo você identifica informações diferentes.
584 Mais alguma dúvida senhores conselheiros, o técnico apresentou a área onde está

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

585 sendo proposta a averbação de reserva que não é objeto de discussão neste conselho,
586 é uma área já considerando é a proximidade das áreas de preservação permanente, as
587 áreas de veredas, então entende-se que seria uma área prioritária mesmo para
588 averbação como reserva legal. **Moises – FETAEMG:** Só para efeito de informação
589 aqui, porque eu acho que esta meio divergente as informações, tanto as imagens de
590 satélite disponíveis hoje do Google, o zoneamento ecológico de Minas, portal do
591 inventário, eles são ferramentas de uso da nossa análise, mas são macros, eles trazem
592 informações macros, assim como outros estudos a couraço em loco que é a nossa
593 vistoria entendeu, não estamos desprezando nenhuma destas são importantíssimas.
594 Agora quanto à questão das imagens de 2003, são imagens passadas, obsoletas,
595 porque de certa forma vai ter ao longo dos anos de 2003 para 2012, temos essa
596 quantidade de anos, nove anos, já vai sendo alterada mesmo que seja de forma
597 devagar, mas não estamos desconsiderando, são muito importantes. **Nathália – OPA:**
598 Então por isso que é importante que além das imagens, os pareceres venham falando,
599 porque o parecer, vamos dizer assim, é o ponto de vista do técnico que esteve em
600 loco, que pode averiguar que o que está apresentado na imagem do satélite
601 contempla ou não. **Silvia:** Procede, verdade, com certeza conselheira, a gente usa
602 muito as imagens de 2003 de 2002 imagens antigas, para gente conferir com o que
603 tem hoje, para identificar se houve desmate na época em que ele era proprietário,
604 clandestinamente. Mas para aplicar realidade só vistoria mesmo local ou imagens
605 atualizadas, que nós não temos ainda, mas algum questionamento senhores
606 conselheiros. Então neste momento colocamos em votação o item 5.6 Henrique
607 Vilela Barbosa/Fazenda Solé, os senhores conselheiros que concordarem com o
608 parecer do núcleo de regularização permaneça como estão ou manifestem voto
609 contrário. (Pausa). Processo aprovado. Item 5.7 Clube de Tiros Uberlândia/Fazenda
610 Bom Jardim - Uberlândia/MG - Área: 0,6400 ha - PA/Nº 06050000183/12. NRRA de
611 Uberlândia. RETORNO DE VISTA pela conselheira Nathália Cristine Araújo
612 representante da OPA. **Nathália – OPA:** Bom é uma atividade que vai realizar perto
613 de uma área de protegida, de uma área de reserva, etc. E a gente queria saber do
614 empreendedor como que vai ser este estande de tiro? **Silvia:** O senhor tem cinco
615 minutos para manifestar, ta. **Galvão – vice-presidente do Clube de Tiros:** Boa tarde
616 meu nome é Galvão, eu sou vice-presidente do clube de tiros. O estande ele usa
617 padrões internacionais para estande de tiros, existe tiros de bala que é reto, protegido
618 lateralmente e frontalmente e existe tiro ao prato que é um tiro aberto com no
619 máximo cem metros de abrangência. O clube está sendo montado onde era uma área
620 de disputa de MotoCross, uma pista de MotoCross, inclusive muito barulhenta, fica
621 nas margens de uma rodovia, também com bastante movimento, e o estande foi
622 solicitado aqui no documento que pudesse ser fechado. É esta situação não existe ta,
623 não existe como você enclausurar este tipo de esporte, eu gostaria de frisar que é um
624 esporte olímpico, internacionalmente conhecido, Uberlândia não tem nenhum clube
625 assim, e nós inclusive poderemos ter daqui alguns anos atletas disputando
626 olimpíadas, originários daqui de Uberlândia. **Nathália – OPA:** Então vai ser tanto
627 tiros para frente, como tiros com pratos? **Galvão – vice-presidente do Clube de**
628 **Tiros:** Isso, os dois. **Nathália – OPA:** Os dois. E só vai ser fechado ao lado e na
629 frente, vamos dizer assim, onde a gente vai receber os tiros? **Galvão – vice-**



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

630 *presidente do Clube de Tiros:* É, é fechado, está fechado né, com paredes de terra
 631 altas, onde existe o tiro longo, que é o tiro de bala, então não existe como a bala sair
 632 para nenhum lugar, porque é fechado, ela vai bater, ela vai se deparar com um
 633 anteparo né. E o tiro ao prato, é o tiro com chumbinho que ele tem no máximo
 634 setenta metros que ele alcança, então ele sai e cai ali, ok. *Nathália – OPA:* O horário
 635 de funcionamento, vocês possuem desta atividade? *Galvão – vice-presidente do*
 636 *Clube de Tiros:* Normalmente nos finais de semana, ou sábado ou domingo, pelo
 637 período da manhã, normalmente. *Nathália – OPA:* Eu gostaria de verificar a questão
 638 para ver se pode fazer um trabalho de educação ambiental, junto com essas pessoas
 639 que vão frequentar este estande, com relação à localização dele está próxima de uma
 640 área de preservação, então se pode confeccionar um material educativo para essas
 641 pessoas que vão frequentar este estande, se pode ser colocado como condicionantes?
 642 *Galvão – vice-presidente do Clube de Tiros:* Perfeitamente, nós podemos fazer, será
 643 feito. *Silvia:* Só elaborar a redação Nathália, para a gente votar aqui a condicionante.
 644 *Nathália – OPA:* Elaboração de material educativo, aos usuários do Clube de Tiros,
 645 sobre a importância da reserva, da reserva legal. Noventa dias está de acordo ou não?
 646 *Galvão – vice-presidente do Clube de Tiros:* Ok, eu gostaria de fazer uma
 647 solicitação, então a OPA poderia elaborar este documento para a gente e nós
 648 prepararíamos né? *Nathália – OPA:* A gente pode conversar sim, vou verificar
 649 posteriormente. Então prazo de noventa dias. *Galvão – vice-presidente do Clube de*
 650 *Tiros:* Esse prazo de noventa dias, o empreendimento fica para este tempo todo ou
 651 não? Não, ah ok! *Silvia:* Conselheira, nós estamos discutindo aqui Nathália sobre a
 652 sua condicionante, sobre a importância que você está querendo, a importância da
 653 área de reserva legal? Ou importância de estar próximo a RPPN, é isso? Então é da
 654 RPPN né? *Nathália – OPA:* Ele só vai informar dessa área preservada, educação.
 655 *Silvia:* Noventa dias né? Então senhores conselheiros mais algum questionamento.
 656 *Sargento Augusto – Policia Militar:* Só para enriquecer as informações do
 657 empreendedor, essa área era uma pista de MotoCross e também um local de descarte
 658 de lixo constantemente tinha pessoas não identificadas jogando restos de pneus, lixo,
 659 animais mortos neste local. Então a construção deste estande vai ser boa inclusive
 660 para a reserva lá do local. *Adalto – FAEMG:* Eu gostaria de saber, essa área que eu
 661 pude observar, uma área de trezentos e poucos hectares, ela é uma área totalmente
 662 preservada, essa área de RPPN ela se destina, essa propriedade ela se destina a qual
 663 finalidade, além desse clube ai, essa área de trezentos e poucos hectares se destina a
 664 que? *Galvão – vice-presidente do Clube de Tiros:* É propriedade do Clube de Caça e
 665 Pesca, só a região do clube. *Adalto – FAEMG:* Pertence toda ao Clube Caça e Pesca
 666 Itororó. *Galvão – vice-presidente do Clube de Tiros:* Exatamente. *Silvia:* Por favor
 667 eu gostaria que o técnico respondesse ao conselheiro. *Carlos Luiz Mamede -*
 668 *Engenheiro Agrônomo e coordenador do núcleo de regularização ambiental de*
 669 *Uberlândia:* Meu nome é Carlos Luiz Mamede, sou engenheiro agrônomo e
 670 coordenador do núcleo de regularização ambiental de Uberlândia. É para te informar
 671 Adalto, esta Fazenda é do Clube de Caça e Pesca, ela tem oitenta, quase noventa por
 672 cento de área nativa. A área que foi cedida para o clube de tiro, foi cedida em
 673 comodato, é uma área pequena onde já existia a pista de MotoCross, então a
 674 supressão lá é mínima. São em dois fragmentos, lá não é RPPN, lá tem a reserva



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

675 legal a metade da área está dentro do perímetro urbano, metade praticamente fora em
 676 zona rural, mas não é RPPN. **Adalto – FAEMG:** Eu gostaria..., essa pergunta tem
 677 uma finalidade, porque aqui tem uma medida compensatória de mitigação que é uma
 678 questão de dois para um, a área que está sendo suprimida, ela vai haverá supressão
 679 ela terá que ser compensada dois para um então é por isso. Se ela não é uma área, se
 680 ela não tem uma destinação de RPPN, qual que é a finalidade então? Ela é averbada
 681 como reserva legal? **Carlos Luiz Mamede – Engenheiro Agrônomo e coordenador**
 682 **do núcleo de regularização ambiental de Uberlândia:** Não ela tem a reserva dela
 683 averbada e tem um grande remanescente. A questão da compensação de dois para um
 684 eu acho que não é necessária principalmente, porque a área que foi cedida para o
 685 clube de tiros, é apenas aquela área física da pista de MotoCross, é uma área que já
 686 estava degradada, e não tem como exigir do clube de tiros a compensação de dois
 687 para um na propriedade que não é deles, eles têm apenas o comodato no caso. E ela
 688 já tem quase oitenta por cento de vegetação nativa no imóvel. **Adalto – FAEMG:**
 689 Não que eu esteja contrário a essa questão da compensação, mas porque a finalidade
 690 se é uma área passível de exploração, porque ela tem que fazer compensação? **Carlos**
 691 **Luiz Mamede – Engenheiro Agrônomo e coordenador do núcleo de regularização**
 692 **ambiental de Uberlândia:** Não, esta foi uma sugestão da Nathália. **Silvia:** Você quer
 693 justificar conselheira Nathália? **Nathália – OPA:** Bom em relação a essa
 694 compensação, a gente já tem ela de certa forma já, vamos dizer assim, como um
 695 procedimento no COPAM, então toda vez que a gente tem uma intervenção, a gente
 696 geralmente sugere essa compensação de dois para um, é geralmente contígua a área
 697 preservada. **Conselheiro não se apresentou:** Essa compensação, só para reitera o que
 698 o Adalto falou, geralmente a agente pede as medidas compensatórias em caso de
 699 intervenção de APP, no caso de supressão de vegetação fora da área de APP em área
 700 comum, geralmente a gente não pede não. **Silvia:** Conselheira, compensação que a
 701 gente coloca no conselho, ou é compensação ambiental, Lei do SNUC, ou a
 702 compensação de mineração e a mata atlântica e a compensação da Lei nº 13.047, que
 703 é acima de cem hectares no mínimo dois por cento em cerrado, fora disso, nós não
 704 temos outros parâmetros para colocar compensação ambiental. Seria a sua baseada
 705 em qual norma? **Nathália – OPA:** Na verdade foi solicitada essa compensação de
 706 forma negociar junto ao empreendedor, mas como a gente já teve essa conversa com
 707 o empreendedor, ele já demonstrou apto a fazer ações de educação ambiental, então a
 708 gente nem levantou esse ponto aqui na reunião. **Silvia:** No seu parecer conselheira
 709 Nathália só tinha esse condicionante de compensação ambiental? Só essa né? Tá, isso
 710 é para gente colocar em votação e deixar bem claro para os demais conselheiros. Mas
 711 algum questionamento senhores? Então neste momento nós colocamos em votação o
 712 parecer do núcleo de regularização que autoriza, sugestiona a intervenção em 0,64
 713 hectares, os senhores conselheiros que concordarem com esse parecer permaneça
 714 como estão ou manifestem voto contrário. Então aprovado. Agora nós vamos colocar
 715 em votação a sugestão da conselheira Nathália de inclusão da condicionante de
 716 educação ambiental, já que a outra condicionante de compensação ambiental estaria
 717 sendo retirada pela mesma, ta. Então a condicionante sugerida Nathália ficou da
 718 seguinte forma: ‘Elaboração de material educativo aos usuários do Clube de Tiros
 719 sobre a importância da RPPN do Panga, deverá apresentar o material em noventa



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

720 dias, o material educativo em noventa dias ao núcleo de regularização ambiental’.

721 Ok, senhores conselheiros que concordarem com esta inclusão de condicionante

722 permaneça como estão ou manifestem voto contrário. Então condicionante aprovada.

723 Senhor empreendedor terá noventa dias para cumprir, está bom, obrigada. Neste

724 momento nós colocamos em discussão o item 5.8 Juarez Alves Pereira/Fazenda do

725 Panga - Uberlândia/MG - Área: 24,4000 ha - PA/Nº 06050001277/11. NRRRA de

726 Uberlândia. RETORNO DE VISTA pela conselheira Nathália Cristine Araújo

727 representante da OPA. **Nathália** – **OPA:** Bom, com relação a esse processo a gente

728 verificou que é uma área, que está inserida em uma área de grande importância

729 ecológica, então a gente..., entre duas áreas prioritárias para a conservação da

730 biodiversidade a Fazenda Tatu e a RPPN do Panga. Então o quê que a gente queria

731 colocar aqui, por ser uma área de elevada importância ecológica a gente queria que

732 houvesse assim..., que apresentasse essas intervenções que são localizadas em áreas

733 prioritárias ou áreas de recarga etc., que fosse apresentada aos proprietários a questão

734 da Bolsa Verde, e não só isso, eu acho que o pessoal mesmo que trabalha com

735 fazenda, os ruralistas eles devem sim, exigir cada vez mais do governo a ampliação

736 desses benefícios, porque essas pessoas têm que ser pagas para manter a floresta em

737 pé, para que eles possam deixar, não possam haver intervenção e sejam

738 recompensados por isso, pelo serviço ecológico que essa área está apresentando.

739 Então a gente queria propor para essa fazenda que ela fosse beneficiada pelo

740 programa Bolsa Verde e também falar que a gente olhou outros estudos e realmente a

741 Fazenda do Panga foi o que apresentou inventários mais completos. **Silvia:**

742 Conselheira Nathália o Bolsa Verde é um programa de Estado, é uma política

743 estadual de pagamento ao proprietário rural ou posseiro rural pelo serviço ambiental

744 prestado por aquela área que esta preservada, mas elas têm de acordo com a lei que

745 criou o programa em 2010, eu não tenho o nº da lei aqui de cabeça, mas ela é uma lei

746 que define os procedimentos de como ser cadastrado uma propriedade no Bolsa

747 Verde, o empreendedor procura o IEF que é o órgão responsável pelo programa, ele

748 apresenta a sua proposta o técnico do IEF vai em campo, faz uma análise elabora um

749 mapa e depois isso vai para um comitê que vai aprovar essa proposta ou não. Como

750 que são definidas as prioridades para a concessão do pagamento do Bolsa Verde? É

751 pelo interesse de preservação da área, pela proteção dos recursos hídricos,

752 propriedades rurais que têm até quatro módulos fiscais, então é este conselho que

753 define nós não temos como aqui neste conselho solicitar que esta propriedade seja

754 inserida no Bolsa Verde, o que nós podemos solicitar é que o IEF faça maior

755 divulgação na região para incentivar o programa Bolsa Verde, mas nem o IEF define

756 quem vai receber, quem define é um colegiado, um comitê em Belo Horizonte

757 composta por várias instituições que define as áreas que serão beneficiadas. **Nathália**

758 – **OPA:** Na verdade seria mais isso, dar maior..., no momento em que for sugerida a

759 intervenção, que o técnico do IEF ele apresente esta proposta, porque eu acredito que

760 muitas pessoas não conhecem, que seja proposta a essas pessoas que ao invés da

761 intervenção, que eles sejam beneficiados com isso. Então vamos dizer assim, dar

762 maior publicidade a isso, na hora que for intervir em algum lugar, na hora que for

763 considerar de importância ecológica, para que seja sugerido né. Não é minha idéia, é

764 que vamos dizer assim, que force o empreendedor a adotar o Bolsa Verde, mas que

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



765 de maior..., essa possibilidade aí para os proprietários. **Silvia:** Eu vou sugerir
 766 conselheira Nathália ao Rodrigo que ele faça contato com a supervisora, que no caso
 767 são duas regionais do IEF né, é o Triângulo e Alto Paranaíba, para que ele faça
 768 contato com esses dois supervisores para aumentar a divulgação do Bolsa Verde na
 769 região,ta! **Conselheiro não se apresentou:** Silvia eu posso fazer um comentário, só
 770 uma informação, todos os gerentes que hoje estão nos núcleos de coordenação é,
 771 vieram do IEF, então este trabalho com o Bolsa Verde, a gente já divulga mesmo até
 772 mesmo nos processos de averbação de reservas a gente tem feito este trabalho, então
 773 já é comum a gente fazer isso, a dificuldade às vezes que a gente está tendo hoje, é
 774 porque são dois órgãos separados, mas a gente sempre que pode está passando
 775 informação e orientando que o pessoal procure o jornal do IEF para fazer o seu
 776 cadastro. **Nathália – OPA:** Eu verifico também que às vezes eles reclamam muito da
 777 questão burocracia, tempo, então é só para trazer mais para a discussão para poder
 778 facilitar isso. Eu acho que os proprietários rurais eles têm sim que ser compensados,
 779 tem que ser pagos, é as propriedades que estão realizando um serviço ambiental.
 780 Silvia: Conselheira Nathália, então o seu relatório de vistas seria para que ele
 781 cadastrasse no Bolsa Verde, nós estamos falando aqui que nós não podemos definir
 782 isso para ele. **Nathália – OPA:** Sim então fica como recomendação. **Silvia:** Tá então
 783 você está retirando essa obrigatoriedade, então mais alguma manifestação dos
 784 senhores conselheiros, podemos votar o processo? É o empreendedor?
 785 **Empreendedor (não se apresentou):** Boa tarde, senhores conselheiros, só queria
 786 deixar claro que como você viu Nathália, o processo ele está devidamente como
 787 deveria estar um processo para desmate, a área averbada esta conjunta a área de APP,
 788 certo mesmo desmatando a propriedade vai estar com mais de cinquenta por cento de
 789 área verde, incluindo, sendo estes cinquenta por cento, para ser exato 52,2% de área
 790 verde, sendo APP e reserva legal, certo. A propriedade está fazendo o papel dela na
 791 questão ambiental, ela não está conseguindo fazer o seu papel econômico. A intenção
 792 para esse desmate é exatamente isso, a questão da Bolsa Verde, procuramos saber
 793 sobre o Bolsa Verde e a resposta é o seguinte: este ano, o ano passado não teve e não
 794 tem previsão de quando vai ter, certo? A questão é o seguinte a intenção do
 795 proprietário é trabalhar com bovinocultura, com a silvicultura e o que ele tem direito,
 796 contando que ele esteja dentro da legislação, ou seja, com a devida reserva averbada
 797 e as áreas de APP devidamente conservadas ele tem direito de usufruir da terra dele,
 798 certo? A questão é igual eu te falei, a Bolsa Verde eu já procurei saber, ele tem
 799 direito é de incluir tanto a área de APP como reserva legal, ele tem direito isso a
 800 gente está correndo atrás, ele também vai entrar, é um direito dele. Portanto a questão
 801 é o seguinte, não tem previsão de quando vai ter Bolsa Verde. **Nathália – OPA:** Não
 802 realmente a gente não levantou nenhuma questão em relação à qualidade dos estudos,
 803 realmente ver essa questão, porque é uma área, está localizada em uma área
 804 prioritária, é uma área que seria de certa forma um fragmento para a fauna que esta
 805 ali perto, tem duas outras fazendas conservadas, ali poderia ser outra área de refúgio.
 806 Então você falando nesta questão do bolsa Verde, eu reforço mais uma vez para o
 807 governo,que propõe um programa para pagar, porque a gente..., às vezes a gente fala
 808 assim que a floresta não exerce função econômica, exerce sim! Hoje a gente tem a
 809 Lei das Águas, que já coloca a água com a sua função econômica, a gente tem que

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



810 começar a adotar isso também para as florestas protegidas, ela também exerce a sua
811 função econômica, mesmo ela estando de pé, mesmo ela não vendendo nenhum
812 produto e subproduto dela. Então realmente é atentar, chamar mais atenção para essa
813 questão do Bolsa Verde, porque para facilitar esse processo, agilizar esse processo
814 para que os produtores possam ser beneficiados com isso. **Adalto – FAEMG:**
815 através da FAEMG nós temos participação com produtores rurais, dentro do
816 programa Bolsa Verde inclusive Mamede sabe muito bem disso, fizemos treinamento
817 em Belo Horizonte, os números de produtores interessados Nathália em ser
818 participantes do programa Bolsa Verde, nós temos aqui praticamente todo o estado
819 de Minas Gerais, os recursos são muito pequenos. Então o que você levantou, eu
820 acho que é uma situação que devemos levantar para todos os produtores rurais de
821 Minas Gerais, principalmente mais os pequenos produtores que vivem daquela
822 atividade, o quê que acontece então, não são aqueles indivíduos que estão
823 trabalhando no agronegócio, essas pessoas devem tentar se inscrever, mas nós
824 sabemos da dificuldade que é hoje para se conseguir o benefício do Bolsa Verde. É
825 são atendidos pessoas assim em comunidades já definidas, o próprio comitê, como já
826 foi dito pela Silvia, ele já dá certas prioridades, mas é interessante que a gente faça
827 divulgação disso e também hoje através do novo código florestal o recebimento por
828 serviços ambientais, ela já existe ai uma contemplação no novo código esperamos
829 que isso venha se tornar uma realidade porque enquanto nós tivermos a consciência
830 que uma árvore em pé vale mais que as toras que ela produz, isso ambientalmente é
831 muito importante para cada um para nós, mas nós temos que saber o seguinte, nós
832 temos que separar o que é discurso da realidade, hoje existe muito discurso em
833 termo do Bolsa Verde, mas a aplicação é muito pequena em termo de recursos
834 mesmo para o produtor rural. **Silvia:** É verdade o que o conselheiro está falando,
835 infelizmente a gente está iniciando o programa Bolsa Verde, a gente está definindo
836 os procedimentos, o primeiro cadastro foi em 2010, nós “apanhamos” muito para
837 conseguir aprender, muitas propriedades foram inscritas até mesmo além do que a
838 gente esperava, da estrutura que o IEF na época possuía, então foram uma série de
839 dificuldades, tanto é que o primeiro pagamento de 2010 só foi efetuado no final de
840 2011, já deveria estar sendo paga a segunda parcela de 2011, devido essas
841 dificuldades, mas é um trabalho fantástico, é um trabalho inovador. Minas foi o
842 primeiro estado a contemplar o pagamento por serviços ambientais, a exemplo nós
843 temos também na Amazônia, mas o pagamento há época foi informado, era um
844 pagamento muito menor que o que estava sendo pago em Minas, então a gente tem
845 que avançar nessas políticas que bom que a gente já está trabalhando nesta forma,
846 porque tem muito ainda que melhorar, Então conselheira Nathália para a gente fazer
847 a votação aqui, o seu parecer era pelo o indeferimento para que fosse feito o cadastro
848 no Bolsa Verde, nós apresentamos aqui que não compete ao empreendedor escolher
849 ser cadastrado no Bolsa Verde, ele pode sim se cadastrar mas não quer dizer que ele
850 obrigatoriamente vai ser contemplado, é pela análise do comitê, nem a análise do
851 órgão ambiental é levado em consideração. Ai você havia informado que a sua
852 solicitação transformasse em uma orientação, uma recomendação, então a gente teria
853 necessidade de votar a sua recomendação ou não? Porque você está tirando o
854 indeferimento. Não, né? Como uma recomendação mesmo, né? Tá , então senhores

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



855 conselheiros é para ficar muito claro Nathália que a gente está votando tudo
 856 certinho,ta! Então nós vamos votar o parecer do núcleo de regularização e caso o
 857 parecer seja aprovado à gente inclui a recomendação da conselheira Nathália. Ok!
 858 Então senhores conselheiros que concordarem com o parecer do núcleo, permaneça
 859 como estão ou manifestem voto contrário. **Nathália – OPA:** abstenção. **Silvia:** Então
 860 parecer aprovado pela maioria com abstenção da Nathália da OPA, com a inclusão
 861 da recomendação sugerida pela conselheira. Então vamos para o próximo item 6.1
 862 Cerâmica Montreal Ltda/Fazenda Santo Antônio ou de Baixo - Patos de Minas/MG -
 863 Área: 18,0000 ha - PA/Nº 11030001052/11. NRRRA de Presidente Olegário.
 864 RETORNO DE VISTA pela conselheira Nathália Cristine Araújo representante da
 865 OPA. **Nathália – OPA:** Bom nessa área foi verificado que se trata de uma
 866 intervenção em uma área hidromórfica e a gente quer chamar atenção para algumas
 867 coisas. Primeiro: sempre fala que lá é uma área de campo limpo e não tem é..., não
 868 existe cobertura nativa, não existia cobertura, não existia aproveitamento lenhoso,
 869 agente tem que lembrar que realmente nessas áreas hidromórficas é característico
 870 delas é não ter, vamos dizer assim, muita vegetação, a gente pode encontrar as vezes
 871 algum campo um buriti ou outro, mas não é uma área que a gente vai ter florestas.
 872 Então chamar atenção para essas áreas de campo hidromórficos. E a gente queria
 873 verificar se nesse..., a gente não verificou mais uma vez a questão da fauna e flora
 874 silvestre, houve vamos dizer informações pouco superficiais com relações a estas
 875 informações e como já foi passado no processo da Fazenda Ouro Verde, que a
 876 questão da fauna tem que ser procedimento geral. Então é queria verificar se tem
 877 como fazer a compensação pela intervenção dois por um nessa área de campo
 878 hidromórfico? **Silvia:** Equipe técnica, por favor. **Íon – Presidente Olegário:** bom
 879 esta vistoria eu não fui ao local também, mas eu estou aqui representando o
 880 Frederico, essa compensação de dois para um já está no laudo, já tem. Quanto a
 881 fauna já foi, uma coisa aqui que está no texto que vocês escreveram falando da
 882 vegetação que o técnico fala que lá é campo e que o técnico responsável pelo PTRF
 883 fala que não existe, mas eu acho mais importante é o que o técnico o nosso falou, e
 884 vocês falaram de campo hidromórfico, seria uma vegetação com solo? A gente está
 885 falando da vegetação, isso ai o Romildo, você ia falar alguma coisa? **Romildo –**
 886 **Araxá:** Vocês usaram a terminologia de campo hidromórfico, na verdade existe o
 887 solo hidromórfico que tem vegetação campestre, a gente desconhece essa
 888 terminologia de campo hidromórfico. É solo hidromórfico é o campo existente em
 889 cima de um solo hidromórfico, mas isso não vem ao caso. E essa questão de campo,
 890 muitas pessoas tratam campo como questão de pastagem. É uma pastagem natural,
 891 mas ai eles falam que é pastagem, mas na verdade é uma vegetação nativa. **Nathália**
 892 **– OPA:** A gente verifica que alguns relatórios não há especificação de cada..., tem
 893 uns que vem especificados cada fito fisionomia igual você falou no começo, de
 894 cerrado, de campo cerrado, etc., mas outros não. Têm outros que a gente pega e é
 895 tudo campo e agente fica assim, mas o quê que é um campo? Então muita coisa
 896 fica... **Romildo – Araxá:** é porque no caso do campo limpo, a fito fisionomia campo,
 897 o solo geralmente é um campsolo, uma coisa assim, neste caso assim é uma extração
 898 de argila, de solo hidromórfico, existe a vegetação campestre entendeu, a
 899 terminologia campo hidromórfico é que ficou muito diferente. **Nathália – OPA:** Eu

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

900 só queria abrir espaço para uma pessoa que já está inscrita. **Silvia:** O senhor tem
901 cinco minutos, por favor, identifique-se. **Gustavo – Mallaco:** Boa tarde, Gustavo -
902 Mallaco, novamente, existe a terminologia campo hidromórfico sim, como formação
903 de campo técnico, existe na literatura disponível farta a esse respeito, é um campo
904 que sazonalmente ele tem uma vegetação que é preenchida por água em uma
905 determinada época do ano, e a uma fauna também associada a este tipo de formação.
906 Eu fico até surpreso, achei interessante a sua colocação, ainda bem que o técnico do
907 IEF constatou que ali existia vegetação, mas como é que chega a esse nível de um
908 técnico contratado, dizer em um relatório que não existe vegetação, sabe isso tem que
909 no mínimo, eu não sei se a SUPRAM tem o procedimento agora, mais ser enviado
910 para o CREA este profissional, porque ele está mentindo, mentindo ou omitindo
911 informação importante, porque o técnico foi em campo verificar se esta informação
912 era verdadeira, isso é grave. Novamente vem reiterando a falta de qualidade de
913 alguns estudos apresentados, fechando essa discussão dos campos hidromórficos, a
914 gente teve até uma reunião com a SUPRAM antes um pouco desta reunião da COPA,
915 destacar que este tipo de exploração em campo hidromórfico, nesta região de Patos
916 de Minas, Coromandel e Monte Carmelo, existe por causa de uma indústria de
917 cerâmica instalada na cidade de Monte Carmelo, várias indústrias. Da mesma forma
918 que nós estamos discutindo a questão IBAR, Magnesita Minerais e Metais, na
919 exploração de argila refratária para a produção de seus respectivos produtos em há
920 que talvez a necessidade de um estudo integrado, vários campos hidromórficos estão
921 sendo explorados nesta região, destes três municípios, e outros municípios em volta
922 com este objetivo específico de fornecer a matéria prima para a indústria da
923 cerâmica. Então espera ai estes campos só estão sendo explorados porque existe uma
924 atividade que esta potencializando a questão. E como é o impacto integrado nestas
925 atividades? Nós vamos entrar nos mesmos pontos vão começar minando campo por
926 campo, o parecer está ai disponível, a elementos técnicos, artigos publicados,
927 inclusive internacionalmente com pesquisadores da USP, da UFMG destacando a
928 importância dos campos hidromórficos para uma fauna ameaçada e migratória no
929 estado de Minas Gerais, então eu estou querendo deixar isso bem claro, nós estamos
930 colocando aqui nesses conselhos a importância da fauna que o governo de Minas,
931 que ele que deixa bem claro quais são suas espécies ameaçadas e quais as espécies
932 que carecem de proteção, e nos ambientes que nós estamos detectando estas espécies
933 ou com possibilidade a este tipo de medida que eu estou colocando aqui nestes
934 estudos integrados como nessa região já deveria estar existindo, um estudo integrado
935 da fauna, quais são os campos importantes para a preservação? Porque daqui dez,
936 quinze ou cinco anos essa exploração da cerâmica vai continuar e todos os campos
937 hidromórficos vão ser explorados? É utilidade pública, pela lei eles podem conseguir
938 esta exploração, e este impacto ele é pontual, mas se a gente colocar este impacto
939 geral pode transformar em um impacto muito significativo. Obrigado. **Nathália –**
940 **OPA:** E só lembrando também que esses campos eles funcionam geralmente como
941 uma caixa d'água pelos recursos hídricos que estão nas proximidades, eles ficam...,
942 enchem de água ne, durante o período úmido, mas no período seco ele vai continuar
943 fornecendo água através de lençóis e etc., vai continuar fornecendo água, então essas
944 áreas são extremamente importantes até para a vazão os cursos hídricos. Então não



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

945 só na questão da importância da fauna, mas principalmente também para a questão
 946 da água. Hoje a gente verifica em Minas Gerais cada vez há mais casos de conflitos
 947 pelo uso da água então a gente deveria às vezes privilegiar algumas áreas para
 948 conservação da manutenção da qualidade da vazão desta água. **Íon – Presidente**
 949 **Olegário:** Vai ter a compensação de dois para um também e no pedido de vistas fala
 950 que essa compensação tem que ser no município de Coromandel ou Paracatu, isso aí
 951 não confere tem que ser na mesma micro bacia de preferência mais próximo possível
 952 do local da intervenção. **Silvia:** Conselheira Nathália, então eu gostaria que você
 953 finalizasse as suas vistas né, o que mudou no seu relatório durante aqui a
 954 apresentação. **Nathália – OPA:** Então eu quero primeiro chamar maior atenção para
 955 a questão das áreas dos campos hidromórficos, para importância ecológica deles,
 956 para a disponibilidade da água da fauna também. Outro item que eu quero também
 957 chamar a atenção é nos pareceres constar, não só nos pareceres, constar mais
 958 especificação neste tipo de informação e a importância ecológica delas. Outro ponto
 959 que a gente quer também colocar com relação às estas compensações que elas
 960 continuem sendo feitas de dois para um e se possível a gente gostaria que fosse
 961 também em uma área de campo hidromórfico, a gente gostaria que fosse compensado
 962 no mesmo, na mesma fito fisionomia. **Íon – Presidente Olegário:** As áreas de campo
 963 hidromórficos já são áreas de preservação permanente, então não teria porque fazer
 964 neste mesmo local, sendo que já é uma área de preservação. **Nathália – OPA:** É pode
 965 sim a compensação, talvez em áreas contíguas. **Íon – Presidente Olegário:** E essa, já
 966 é lei essa compensação de dois para um, quando é uma intervenção de área de
 967 preservação permanente, já é assegurado por lei. **Nathália – OPA:** Sim, talvez então
 968 a compensação próximo a uma área que já.... **Íon – Presidente Olegário:** Há uma
 969 área próxima ne.... **Nathália – OPA:** Vamos dizer que tem a mesma, fito fisionomia.
 970 **Íon – Presidente Olegário:** Isso. **Silvia:** E essa já é a prática do núcleo de
 971 regularização. Então conselheira Nathália, tudo o que você pediu é observações para
 972 futuros processos, então você está retirando o seu relatório de vistas pela baixa de
 973 diligências do processo? Pelo o que você finalizou aí, seria isso. **Nathália – OPA:**
 974 Bom, é, estou retirando esse processo de baixa de diligência porque eu estou vendo
 975 que é, alguns questionamentos desde que foram suscitados aqui no primeiro
 976 processo, às vezes não vai ser possível essa baixa, também tem que serem resolvidos
 977 aqui. **Silvia:** Ok, obrigada conselheira, então neste momento nós colocamos em
 978 votação o item 6.1 Cerâmica Montreal Ltda., senhores conselheiros que concordem
 979 com o parecer do núcleo de regularização permaneça como estão ou manifestem voto
 980 contrário. **Nathália – OPA:** Voto contrário, devido a importância ecológica do local
 981 que está sendo intervindo. **Silvia:** Ok, processo aprovado pela maioria com voto
 982 contra da conselheira Nathália. Conselheira Nathália todas essas observações a
 983 equipe técnica está aqui os coordenadores dos núcleos, nós solicitamos ta, vocês
 984 levem em considerações estas solicitações para que e futuros processos a gente já
 985 venha com estes itens, pelo menos mais detalhadamente se for possível, tem coisas
 986 que é padronização ainda que vá depender de um trabalho de política estadual. 6.2
 987 José Pereira de Souza/Fazenda Boa Esperança - Uberaba/MG - Área: 2,0112 ha - PA
 988 Nº 06040001033/12. NRRA de Uberaba. RETORNO DE VISTA pela conselheira
 989 Nathália Cristine Araújo representante da OPA. **Nathália – OPA:** Bom o problema a

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva



990 gente verificou só na questão mesmo da portaria do IGAM que fala que vai ocorrer o
 991 barramento, mas já tem barramento, então a gente..., verificar isso, verificar se já
 992 houve uma..., um posicionamento com relação a isso. **Camila – SUPRAM**
 993 **Triângulo:** Nathália a gente vai solicitar o processo de outorga que está La em belo
 994 Horizonte e a gente vai ver mesmo a impertinência, se vai necessário ou não a
 995 retificação da portaria, foi feito em Belo Horizonte pelo técnico lá do IGAM, o
 996 técnico do IGAM que fez o processo de outorga. E se tiver de fato errado vai ter
 997 que fazer a retificação. **Silvia:** Mais algum questionamento senhora conselheira?
 998 Nathália – OPA: E a Correção ne, que a propriedade exerce o bioma Mata Atlântica
 999 ne, então fazer essa correção que a propriedade ela está inserida no bioma Mata
 1000 Atlântica. **Silvia:** Ok, Equipe técnica? **Carlos Mamede – Coordenador do Núcleo de**
 1001 **Regularização de Uberlândia:** Nathália teve um engano porque essa propriedade
 1002 não está inserida no bioma Mata Atlântica, o mapa de biomas do IBGE ele é bem
 1003 definido se jogado, se você jogar uma coordenada você vai ver que esta dentro do
 1004 bioma Cerrado, o que teve foi uma confusão, é no filtro de imagens que vocês
 1005 aplicaram que apareceu como Floresta Sazonal Semi-decidual, apesar de também não
 1006 ser está floresta que existe lá, se fosse uma floresta decidual ou semi-decidual, ela
 1007 estaria associada ao bioma, mas ela está dentro do bioma cerrado, e o tipo de
 1008 vegetação que ocorre neste local é cerrado também. **Nathália – OPA:** Então você
 1009 utilizou como mapa do IBGE para fazer esta... **Carlos Mamede – Coordenador**
 1010 **NRRA de Uberlândia:** Isto para falar que ele está inserido dentro do bioma cerrado.
 1011 É o que a gente analisa tanto nos EE como nos mapas do IBGE. **Nathália – OPA:**
 1012 Ok, é que a gente visualizou até um programa do governo ne, então talvez seja
 1013 verificar essa... **Carlos Mamede – Coordenador NRRA de Uberlândia:** O Romildo
 1014 vai te explicar, porque ele trabalhou nesta área de levantamento de campo quando foi
 1015 feito, ele vai te explicar o filtro de imagens desse pessoal. **Romildo – Araxá:** Quando
 1016 a gente trabalhou na questão do inventário florestal de estado de Minas, a primeira
 1017 etapa foi análise de imagens e a segunda a apurar se em campo, e constamos na
 1018 segunda fase na curassa em campo que as imagens se enganam, antigamente tinha
 1019 uma terminologia de cerrado, chamado cerrado denso, que é um cerrado mais
 1020 fechado e a imagem através da refletância queria dizer que é floresta, entendeu?
 1021 Floresta de eucaliptos, veredas saia como florestas sazonal semi-decidual, então
 1022 muito dessas áreas de Minas a gente não fez a curassa cem por cento, mas fez uma
 1023 amostragem pode estar ocorrendo este equívoco, entendeu? **Nathália – OPA:** Eu
 1024 acho que é importante a gente saber mesmo como se da o processo da confecção
 1025 desses instrumentos de trabalho. Obrigada. **Silvia:** Ok, então neste momento
 1026 colocamos em votação o item 6.2 José Pereira de Souza/Fazenda Boa Esperança os
 1027 senhores conselheiros que concordarem com o parecer do núcleo de regularização
 1028 permaneça como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado.
 1029 Conselheira Nathália como seu parecer surgiu essa questão da correção da mata
 1030 atlântica, foi explicado ne, a questão da outorga a SUPRAM vai verificar qualquer
 1031 coisa eles te dão informação, então não tem nada para a gente colocar em votação.
 1032 Então neste momento nós passamos para o item 7.5 Cerâmica Art Plan
 1033 Ltda./Fazenda Buriti de Cima - Coromandel/MG - Área: 6,0000 ha - PA/Nº
 1034 11020001549/09. NRRA de Patrocínio. Destaque para o conselheiro da Polícia



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

1035 Militar. **Sargento Augusto – Polícia Militar:** Bom aqui nas medidas mitigadoras fala
 1036 sobre acrescentar o plantio de mudas de pequi, eu queria acrescentar a palavra
 1037 manutenção. Porque não basta simplesmente plantar o pequi, ele é uma planta muito
 1038 difícil de pegar, o cidadão vai lá e planta e se não fazer a manutenção não salva
 1039 nenhum, sem contar que deve também colocar um prazo dessa manutenção, de
 1040 repente o pequi morre chega à fiscalização lá, e eu plantei ali a muda seca ali, então
 1041 eu gostaria de sugerir também que nos próximos processos sejam dessa maneira.
 1042 **Carlos Mamede – Coordenador NRRA de Uberlândia:** Desculpa, eu não
 1043 acompanhei desde o início, qual a sua dúvida mesmo é quanto a compensação dos
 1044 pequis? **Sargento Augusto – Polícia Militar:** Não eu estou solicitando é que coloque
 1045 também a manutenção, além do plantio, a manutenção. **Romildo – Araxá:** É o que
 1046 acontece é o seguinte, a lei pede a RT de elaboração, mas pelo entendimento nosso
 1047 tem que ter um acompanhamento nosso, a execução nós cobramos é por conta
 1048 própria, eu acho um absurdo um técnico elaborar e um produtor conduzir, não tem
 1049 que ter o técnico habilitado que vai nos fornecer laudos semestrais até chega o ponto
 1050 que a natureza toca por si só. Entendeu então é cobrado sim esse acompanhamento.
 1051 Agora o pequi assim como outras espécies do cerrado, tem uma particularidade, o
 1052 cerrado comprovadamente, cientificamente comprovado a melhor forma dele é a
 1053 regeneração, é difícil você reproduzir a espécie e propagar ela, entendeu? Porque o
 1054 cara já começa errando, ele prepara o solo para plantar o pequi, o pequi é de solo
 1055 ácido, então você já está matando ela no plantio e se você for analisar os PTRFS e
 1056 pegar as espécies listadas a maioria são espécies de florestas, são espécies
 1057 introduzidas, entendeu? Porque é muito difícil produzir espécies do cerrado, o
 1058 cerrado em meio natural é praga vamos dizer assim, praga entre aspas, agora a sua
 1059 propagação como forma de plantio é difícil, mas nós cobramos sim, você pode ter
 1060 certeza que a uma RT de execução de plantio. **Sargento Augusto – Polícia Militar:**
 1061 Correto é que está escrito aqui plantio de pequis, eu só queria sugerir que colocassem
 1062 manutenção, que no caso da fiscalização, você chega lá, cadê o pequi que você
 1063 plantou? Ai morreu! Ai o quê que acontece, ele cumpriu o que mandamos, mas ele
 1064 não fez a manutenção, é isso o que eu quero dizer, entendeu? **Romildo – Araxá:** Sim
 1065 inclusive ele pediu a quantidade aqui, que a gente pedia antigamente que hoje até
 1066 baixou, mas vale essa, agora não se entenda o plantio que é simplesmente o ato de
 1067 plantar, o plantio aqui é o ato de plantar, conduzir e até chegar a uma avaliação final
 1068 nossa. Daqui para frente ele se estabelece por si próprio, entendeu? **Sargento**
 1069 **Augusto – Polícia Militar:** Concordo com você, mas a pessoa, o empreendedor lá,
 1070 ele não cumpri, ele não faz dessa forma, ele simplesmente planta, de repente ele viu
 1071 que não foi fiscalização, não foi ninguém lá, morreu o pequi acabou. Eu cumpri a
 1072 minha parte, plantei, morreu, azar do pequi. **Silvia:** Conselheiro..., Sargento Augusto,
 1073 a nova Lei do Pequi, a Lei nº 20.308 de 2012, ela já trata isso já, ele tem que plantar,
 1074 tem que acompanhar a manutenção durante cinco anos, então já é legalmente
 1075 estabelecido isso. Então a gente já segue esse procedimento, andei conversando com
 1076 a Camila aqui, que a SUPRAM noroeste fechou um procedimento para esta nova lei
 1077 do pequi, e a gente pode até passar Rodrigo, para vocês, uma condicionante padrão
 1078 para ser adotado, e a gente trazer isso nos próximos processos. Mas já obrigação
 1079 dele, independente da nossa norma em não colocar no texto, só colocar o plantio ele



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

1080 já é obrigado acompanhar a condição por cinco anos. **Sargento Augusto – Polícia**
 1081 **Militar:** Ok. **Nathália – OPA:** É importante a gente também deixar isso, na hora que
 1082 a gente for emitir os documentos, essas informações bem claras, porque talvez o
 1083 proprietário também não tenha esse conhecimento dessa legislação... **Silvia:** Que não
 1084 desobrigue ele de cumprir! **Nathália – OPA:** Então, que é lei né! Não desobriga, mas
 1085 que fique bem mais claro, que olha tem que compensar em tanto, vai ter manutenção
 1086 em tempo e vai ter que emitir relatórios de tanto em tanto tempo. Importante estar
 1087 isso bem claro para na hora que bater uma fiscalização etc., Tudo, já está tudo, bem
 1088 assim a vistas das pessoas. **Romildo – Araxá:** Ai você tocou em um ponto que eu
 1089 gostaria sempre de te falar, o anexo três, que é o nosso parecer no nosso Sistema
 1090 Sim, ele é à base do DAIA, que é o documento de autorizativo, e eu aconselho todo
 1091 empreendedor que obtiver uma autorização de lê-la por completo, porque lá vai está
 1092 falando do campo de medida mitigadoras e quais são suas obrigações, entendeu?
 1093 **Silvia:** Inclusive todas as medidas propostas no parecer elas são transcritas no corpo
 1094 da DAIA ne. **Romildo – Araxá:** Automaticamente. **Silvia:** Então tudo que o técnico
 1095 coloca no anexo três vai automaticamente para os documentos autorizativos, ta, então
 1096 ele já tem essa informação. E outra prática nossa também nos núcleos é no momento
 1097 de entrega da DAIA a gente abre o mapa, mostra para ele qual área que nós estamos
 1098 autorizando, qual área que ele tem que preservar, como ele deve fazer essa supressão
 1099 e se o meu técnico faz orientação no campo no momento da vistoria, então a gente já
 1100 da essas informações ao produtor rural. **Romildo – Araxá:** Só para completar, a
 1101 nossa atividade ela é muito vinculada a extensão rural, além de, a gente vai à
 1102 propriedade, a gente conversa, você produz o que, o que você faz, você tem licença
 1103 daquilo, daquilo outro, para orientá-lo entendeu? Entender ele, e ele entender a gente.
 1104 Faz educação ambiental também neste caso. Obrigado. **Silvia:** Mais algum
 1105 questionamento, senhores conselheiros? Então vamos colocar em votação o item 7.5
 1106 Cerâmica Art Plan Ltda., os senhores conselheiros que concordarem com o parecer
 1107 do núcleo de regularização permaneça como estão ou manifestem voto contrário.
 1108 Processo aprovado. Os senhores conselheiros algum tem alguma informação?
 1109 Gostaria de manifestar? Porque nós já vamos partir para o encerramento da nossa
 1110 reunião. **Nathália – OPA:** Outra coisa que eu esqueci de falar durante a reunião, é
 1111 não colocar como medida mitigadora compensatória, análise de solo, porque isso é
 1112 um pré-requisito para plantio, mesma coisa que você falar para uma cara que vai ter
 1113 bovinocultura que ele tem que vacinar o gado. Então eu recomendo que quando vier
 1114 o relatório se for vir alguma medida mitigadora etc. colocar a questão mais de
 1115 conservação, medidas conservacionistas de solo, mas não analise do solo, porque se
 1116 for parar para pensar a mata nativa não precisa dessa análise ou correção deste solo
 1117 ne, ela já está adaptada a este tipo de solo ácido que tem igual no nosso cerrado. Só
 1118 isso. **Silvia:** Obrigada, conselheira Nathália, nós vamos levar sim em consideração a
 1119 sua solicitação. **Adalto – FAEMG:** Queria aqui passar as mãos do nosso
 1120 superintendente Rodrigo para que ele tome conhecimento, e também todos que o
 1121 Mamede e os outros técnicos aqui do órgão ambiental, porque recebemos da parte da
 1122 diretoria do IEF hoje, aqui um título de reconhecimento por uma RPPN que nós
 1123 criamos no norte de Minas, em Montalvânia que é o Triângulo Um, então eu queria
 1124 passar aqui para que as pessoas pudessem ver, especialmente Rodrigo, você o

**Governo do Estado de Minas Gerais**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - COPA

Secretaria Executiva

1125 Mamede e todos que tiverem interesse, de um reconhecimento do um órgão
1126 ambiental do IEF , com relação aos produtores rurais que compensaram suas reservas
1127 legais naquela região, e como foi mencionado aqui pelo conselheiro Moises
1128 oportunamente eu já estava com isso aqui em mãos, então estou aqui mostrando que
1129 o Triângulo Um, é uma das cinco RPPN reconhecidas pelo Estado e é onde houve a
1130 compensação de reserva legal de propriedades aqui do Triângulo Mineiro e do Alto
1131 Paranaíba. Muito obrigado. **Silvia:** Mais alguma manifestação. Então senhores
1132 conselheiros, agora as 16h05min., nós encerramos a reunião, eu gostaria de agradecer
1133 a presença de todos vocês e esperá-los ne, ansiosamente para o próximo mês, para a
1134 nossa próxima reunião. Espero que os nossos trabalhos, os nossos pareceres já
1135 estejam no formato que nos fechamos alinhamento, para dirimir todas essas dúvidas.
1136 E agradecer também a todos os presentes aqui, os empreendedores, a comunidade,
1137 que participaram da nossa discussão. Muito obrigada a todos.
1138
1139

Silvia Cristiane Lacerda – Presidente da Sessão.